



Prefeitura do Rio quer vender sua sede para cobrir déficit

Proposta faz parte de pacote para cobrir dívida com a previdência, já em R\$ 1 bi

• O prefeito Eduardo Paes pediu autorização da Câmara dos Vereadores para vender a sede da prefeitura no Centro Administrativo São Sebastião e mais 12 imóveis na região do Teleporto, no Centro, edifícios com valor de R\$ 1,2 bilhão — só a sede é avaliada em R\$ 200 milhões. O negócio não se realizaria imediatamente, mas o prefeito quer que a Prev-Rio, dona dos imóveis, tenha autorização para vendê-los e pagar a dívida do Fundo de Previdência do município (Funprevi), que já chega a R\$ 1 bilhão. O rombo no Funprevi, segundo auditoria, teria sido resultado de má gestão no governo Cesar Maia. A proposta de venda dos prédios públicos consta do projeto de lei em discussão na Câmara. **Página 12**



Paes passa o ponto

Para cobrir rombo de R\$ 1 bi no Funprevi, prefeito propõe projeto que autoriza até venda de prédio onde fica a sede da prefeitura

Luiz Ernesto Magalhães

luiz.magalhaes@oglobo.com.br

O prefeito Eduardo Paes quer autorização da Câmara dos Vereadores para vender os dois prédios da sede da prefeitura no Centro Administrativo São Sebastião, na Cidade Nova, e mais 12 imóveis na região do Teleporto, avaliados em mais de R\$ 1,2 bilhão, para cobrir um déficit igualmente bilionário no Fundo de Previdência do município (Funprevi). A proposta consta do projeto de lei 1.005/2011, que propõe um plano para sanar as contas do Funprevi que, de acordo com projeções, estava em R\$ 1 bilhão em 2009, podendo chegar a R\$ 22 bilhões em 2059. Paes garante que se trata apenas de uma operação contábil, mas o fato é que, se passar, o projeto dá sinal verde para que a venda da sede do Executivo municipal desde a década de 80 seja feita a qualquer momento ou por futuras administrações.

O rombo no Funprevi é consequência de má-gestão. Auditorias feitas pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) e uma CPI na Câmara dos Vereadores revelaram que o Funprevi, criado em 2002, te-

ve que arcar com o pagamento de funcionários aposentados bem antes, entre 1998 e 2001. Isso aconteceu por uma manobra do ex-prefeito Cesar Maia, nos anos de 2004 e 2005. Cesar tomou como base um parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM). Mas o TCM entendeu que, como o Funprevi ainda não existia, caberia ao Tesouro Municipal arcar com a despesa, o que só voltou a ser feito em 2006. O assunto vem sendo tratado pelo TCM nas contas de gestão do Executivo. As últimas contas aprovadas referentes a 2009, já na administração Eduardo Paes, estimavam que a dívida em valores atualizados já chegava a R\$ 1 bilhão naquele ano.

Apesar de um artigo do projeto explicitar que o Funprevi pode vender o patrimônio após avaliação prévia, Paes nega que haja risco de a prefeitura perder a sua sede. A lista de imóveis inclui ainda, entre outros prédios, a sede do Centro de Convenções Sul América. Paes argumentou que a proposta se trata apenas de uma operação transferindo os bens mobiliários do Previ — responsável pela gestão do fundo — para o Funprevi, de forma que o fundo possa dispor de novas fontes de receita. Isso seria possível com a venda de terrenos ou a cobrança de aluguéis de imóveis.

— Eu não vou vender a sede da prefeitura. O que propomos foi uma solução para um problema que, em nenhum momento, comprometeria as contas do meu governo. Mas, se o déficit não for resolvido agora, uma fu-

tura administração corre o risco de herdar um problema que pode até quebrar a prefeitura. Isso sem contar que os servidores não terão garantia de que receberão suas aposentadorias — argumentou Paes.

Prefeito diz que não quer vender sede

• O Funprevi hoje já é deficitário. Segundo cálculos atuariais, o Previ-Rio se tornaria insolvente já no ano de 2014. Paes, por sua vez, diz que as informações tomam como base o cenário mais pessimista e que, na sua avaliação, o risco de insolvência estaria afastado pelo menos até 2017. O prefeito acrescentou que, se um sucessor seu no cargo concordasse com a venda da sede, o município poderia entrar na concorrência para obter a posse dos imóveis.

Os dois prédios do Centro Administrativo estão avaliados em quase R\$ 200 milhões, segundo o projeto de lei. Por ano, a prefeitura paga cerca de R\$ 20 milhões de aluguel ao Previ-Rio. Se a lei for aprovada, esses valores passam automaticamente a serem pagos ao Funprevi. Hoje, os recursos são usados principalmente para a concessão de benefícios a servidores como cartas de crédito para a compra da casa própria, auxílio-educação, próteses e até cursos de inglês.

O ex-prefeito Cesar Maia foi procurado por e-mail para comentar o déficit, mas não respondeu até as 21h de ontem. O projeto foi encaminhado ao Legislativo em regime de urgência. Mas não houve consenso que permitisse a votação antes do recesso que começa esta semana. Para tentar cobrir parte da previsão de déficit de R\$ 22 bilhões em 2059, o



prefeito oferece ainda R\$ 199,2 milhões da receita dos royalties do petróleo que vierem a ser arrecadados entre 2015 e 2059. Além disso, a partir de 2017, as arrotizações de empréstimos contraídos por servidores através do Previ-Rio seriam destinadas ao Funprevi, em vez de retornarem como recursos disponíveis para a concessão de novos benefícios.

O projeto também estabelece repasses para os próximos 35 anos de cotas extras da contribuição do tesouro municipal ao Fundo Previdenciário, que hoje corresponde a 22% da folha. Os valores aumentariam progressivamente: cerca de R\$ 150 milhões em 2011, chegando a R\$ 290 milhões no ano de 2045. O texto deixa em aberto a possibilidade de a prefeitura oferecer outros imóveis de propriedade da administração direta para saldar o déficit.

Apenas oito dos terrenos não edificados do Previ-Rio nas ruas Afonso Cavalcanti, Joaquim Palhares e Ulysses Guimarães valeriam hoje R\$ 596,3 milhões. A estimativa foi feita a partir de um estudo de mercado da Diretoria de Investimentos do próprio Previ-Rio. Segundo o documento, a Cidade Nova é uma área valorizada por estar perto do centro financeiro do Rio. Além disso, também está próxima a áreas valorizadas por projetos da Copa do Mundo de 2014 (reforma do Maracanã) e dos Jogos Olímpicos de 2016 (Porto Maravilha), o que garantirá boa infraestrutura de transportes. O potencial construtivo chegaria a 270 mil metros quadrados. O preço do metro quadrado construído nessas áreas chegaria a R\$ 8 mil para salas e a R\$ 11 mil no caso de lojas.

Na Câmara, a oposição critica a proposta de Paes. E até na base governista há resistências. A preocupação dos aliados do prefeito, que têm evitado discutir o assunto abertamente, é a exploração política que o fato pode ter em 2012, ano eleitoral em que a maioria tentará a reeleição. Na oposição, uma das que criticam a proposta é a ex-procuradora-geral do Município, a vereadora Sônia Rabello de Castro (PV). Para ela, a iniciativa fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

— O projeto compromete o uso de receitas futuras e não apenas da atual gestão, o que está em desacordo com a LRF. Além disso, foi apresentado sob o argumento de que há um déficit. Mas as projeções não foram divulgadas — disse Sônia.

Após a apresentação do projeto, 26 vereadores criaram a Frente de Defesa do Servidor e do Sistema Previdenciário, presidida por Eliomar Coelho (PSOL). Ele defende que haja um amplo debate no Legislativo sobre a proposta. Mas acha que o patrimônio do Previ-Rio não pode ser vendido para arcar com uma despesa que deveria ser assumida integralmente pelo Tesouro:

— A dívida é do Tesouro e quem que o servidor pague — diz.

O presidente da Associação dos Servidores do Previ-Rio, Ulysses Silva, também reclama da solução apresentada para sanar a dívida. Segundo ele, há hoje 36 mil servidores aposentados desde 2001 que recebem pelo Funprevi:

— Exigir que o servidor pague por erros que não cometeu é um absurdo. ■



Eu não vou vender a sede da prefeitura. O que propomos foi uma solução para um problema que em nenhum momento comprometeria as contas do meu governo. Mas se o déficit não for resolvido agora, uma futura administração, corre o risco de herdar um problema que pode até quebrar a prefeitura. Sem contar que os servidores não terão garantia de que receberão suas aposentadorias.

Eduardo Paes, prefeito

▶ Gestão do Funprevi é marcada por polêmicas

• O Instituto de Previdência do Município (Previ-Rio), responsável pela gestão do Fundo de Previdência do município (Funprevi), foi criado em 1987 como uma autarquia municipal, para ter autonomia administrativa, patrimonial e gestão financeira. Além de aposentadorias e pensões, o Previ-Rio concede outros benefícios, como empréstimos para a casa própria, auxílio-funeral e auxílio-creche. A gestão do Funprevi e do próprio Previ-Rio vem sendo marcada nos últimos anos por algumas polêmicas, inclusive na administração de Eduardo Paes.

Em março do ano passado, o prefeito exonerou o presidente Marcelo Carvalho Cordeiro e o diretor-financeiro do órgão, Luciano Otávio Barbosa Filho. Os dois foram acusados de aplicar irregularmente mais de R\$ 70 milhões do Funprevi em títulos de alto risco no mercado financeiro. O investimento não foi autorizado previa-

mente pelo conselho gestor do Funprevi, que sempre optou por títulos de menor rentabilidade, mas com risco menor de prejuízos. O dinheiro foi devolvido após a prefeitura entrar na Justiça.

Em novembro de 2008, a então presidente do Previ-Rio, Dalila de Brito Ferreira, pediu demissão ao discordar de uma operação financeira no Funprevi, proposta pelo ex-prefeito Cesar Maia. Ele queria trocar R\$ 1,8 bilhão aplicados em títulos de vencimento a curto prazo do Funprevi por Notas do Tesouro Nacional Série C (NTNCs), com vencimento em 2021, em posse do Tesouro Municipal.

Dalila temia que a operação causasse prejuízos ao Funprevi, pois teria que vender os títulos com deságio se precisasse resgatá-los antes do prazo. Em dezembro, a 27 dias do fim do governo, o Conselho Gestor do Funprevi aprovou o troca-troca numa vota-

ção em que os quatro servidores eleitos pelos colegas votaram contra. A votação estava empatada e o plano foi aprovado com o voto de minerva do então procurador-geral do Município, Júlio Horta. Mas, devido às críticas do sucessor Eduardo Paes, Cesar desistiu da transação.

Ainda em 2008, em plena campanha eleitoral para tentar eleger Solange Amaral, Cesar Maia tentou ampliar os benefícios concedidos pelo Previ-Rio apresentando um projeto de lei que acabou arquivado pela Câmara dos Vereadores. A proposta criava licença remunerada por uma semana para os avós paternos e maternos cuidarem de netos recém-nascidos (o benefício atual é para as avós) e garantia que servidores afastados para tratamento de saúde continuassem a receber gratificações por desempenho por seis meses, o que foi suspenso.

Leticia Pontual/ 2-1-2009



O PRÉDIO onde fica a sede da prefeitura, na Cidade Nova, desde a década de 80: imóvel está na lista enviada pelo prefeito Eduardo Paes para a Câmara dos Vereadores do Rio